



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo TA, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 55 questões, numeradas de 1 a 55.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

A força da fé

Não importa quais são os rituais, nem mesmo a quem são dirigidas as orações. Embora não haja consenso científico sobre o assunto, vários estudos revelam que a prática religiosa ajuda as pessoas a atingirem níveis mais altos de tranqüilidade. Provavelmente, há outros mecanismos a serem levados em conta, além da fé. Mas, em si mesmo, o exercício da espiritualidade traz atitudes e posturas benéficas, como mostram depoimentos de líderes religiosos. Todos eles recomendam meios de chegar ao equilíbrio. Um dos principais recursos é a meditação.

Recentemente, o Centro de Espiritualidade e da Mente da Universidade da Pensilvânia divulgou uma pesquisa que comparou a atividade cerebral durante a meditação de budistas tibetanos e monges franciscanos. Nos dois grupos, intensificou-se a ação dos neurotransmissores que proporcionam a sensação de bem-estar e disposição de ânimo. O Centro inclui a meditação no tratamento de pacientes com doenças graves e dores crônicas.

Além de levar as pessoas ao exercício da meditação, a fé estimula-as a se envolverem em projetos comunitários, reforça a auto-estima, induz ao relaxamento, ajuda a refrear excessos. São, todos esses, fatores que podem remover montanhas de remédios antidepressivos.

(Adaptado de Suzane Frutuoso. Revista **Época**, 15/03/2007)

1. A força da fé, tal como o texto a aborda, refere-se precisamente
- (A) ao poder que os dogmas religiosos exercem sobre quem os acolhe.
 - (B) aos efeitos benéficos da meditação exercitada nas práticas religiosas.
 - (C) à possibilidade de conversão religiosa daquele que medita.
 - (D) ao reforço que a meditação representa para a eficácia dos antidepressivos.
 - (E) à elevação espiritual de quem confia nos poderes divinos.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Os cientistas não admitem que a força da fé produza qualquer efeito sobre quem se dedique a práticas religiosas.
 - II. O texto afirma que a prática da meditação não tem efeito sobre as pessoas que não sejam religiosas.
 - III. Ao reforçar laços comunitários, a fé religiosa pode evitar a ação de fatores que causam depressão.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. Na abertura do terceiro parágrafo, a expressão *além de* está empregada com sentido equivalente ao que assume a expressão sublinhada na seguinte frase:
- (A) Ele chegou a um nível de competição acima do qual não vê adversário.
 - (B) Este é um momento a partir do qual a conversa se torna impossível.
 - (C) Nas preces, ela parece se transportar para longe de todas as vicissitudes.
 - (D) Em que pese o fato de ser poderoso, ele se comporta com humildade.
 - (E) Ela não apenas se dedica à família como também se preocupa consigo.

4. Representam **causa e consequência**, respectivamente, os seguintes segmentos:
- (A) O centro divulgou uma pesquisa / feita com budistas tibetanos e monges franciscanos.
 - (B) As pessoas sentem-se mais relaxadas, / tão logo se entregam à meditação.
 - (C) A meditação é incluída como atividade / em tratamentos de doenças graves.
 - (D) Ao se praticar a meditação, / intensifica-se a ação de neurotransmissores.
 - (E) Os riscos dos remédios antidepressivos / podem ser evitados pela prática da meditação.

5. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Não devem importar a ninguém as diferenças entre as religiões; importante é a prática da meditação a que induzem.
 - (B) A pesquisa que envolveu budistas e franciscanos, durante meditações, acusaram um mesmo efeito da ação destas sobre os neurotransmissores.
 - (C) Incluem-se, entre os bons efeitos das práticas de meditação, o efetivo envolvimento das pessoas em projetos comunitários.
 - (D) Há de concorrer, certamente, além da fé, outros fatores que proporcionam estabilidade emocional às pessoas que se dedicam à meditação.
 - (E) Evita-se os distúrbios orgânicos causados pelos antidepressivos desenvolvendo-se práticas espirituais, que a ninguém podem prejudicar.

6. A construção que admite transposição para a voz passiva é:
- (A) *Embora não haja consenso científico.*
 - (B) *Não importam os rituais.*
 - (C) *a fé estimula-as.*
 - (D) *Um dos principais recursos é a meditação.*
 - (E) *chegar ao equilíbrio.*

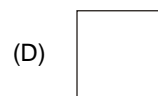
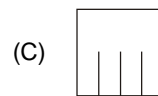
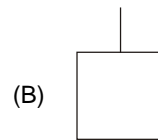
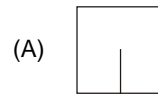
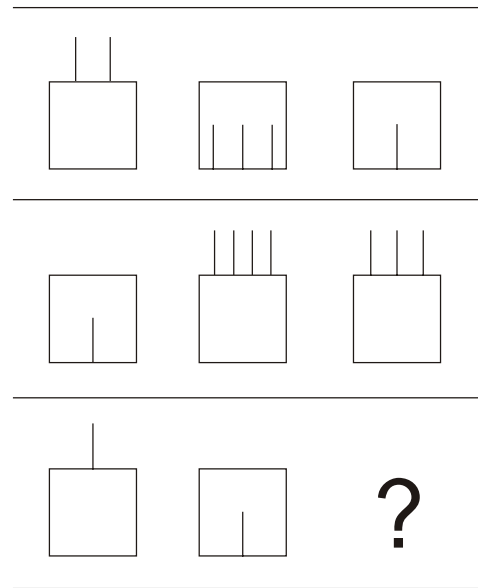
<p>7. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Fossem quais fossem os rituais religiosos, importará sempre a atitude de meditação que propiciasse a paz interior.</p> <p>(B) O Centro de Espiritualidade fez uma pesquisa na qual se comprovara o mesmo efeito que a meditação tivesse sobre budistas e franciscanos.</p> <p>(C) Se a fé não estimular a meditação, maior dificuldade teriam encontrado os crentes para atingirem um equilíbrio espiritual.</p> <p>(D) A fé não apenas levaria as pessoas a meditar, mas também haveria de as estimular a que participassem de projetos comunitários.</p> <p>(E) É possível que muitos remédios antidepressivos poderiam ser evitados à medida que mais pessoas se dispunham a meditar.</p>	<p>11. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Muitos outros mecanismos além dos ritos religiosos costumam de trazer benefícios desde que se promova, inclusive, as práticas de meditação.</p> <p>(B) Apesar dos ritos religiosos trazerem benefícios, há outras práticas que fazem o mesmo, haja visto o que ocorre com a meditação.</p> <p>(C) Não apenas nos ritos religiosos, mas em qualquer outra circunstância, a prática da meditação revela-se altamente benéfica.</p> <p>(D) Se fosse apenas um benefício religioso, as meditações nada importariam para os ateus que nelas se ocupassem, uma vez que não tendo fé.</p> <p>(E) Não obstante as pessoas de fé praticam a meditação, as que não a têm também costumam se beneficiar dela.</p>
<p>8. Todas as religiões têm rituais, e os fiéis que <u>seguem esses rituais</u> beneficiam-se não propriamente das práticas que <u>constituem os rituais</u>, mas da meditação <u>implicada nesses rituais</u>.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) lhes seguem – lhes constituem – neles implicada</p> <p>(B) os seguem – os constituem – neles implicada</p> <p>(C) os seguem – os constituem – lhes implicada</p> <p>(D) os seguem – lhes constituem – implicada nos mesmos</p> <p>(E) seguem-nos – constituem-nos – a eles implicada</p>	<p>12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Qualquer prática religiosa a que se (dedicar) os fiéis costuma inspirar a necessidade de meditação.</p> <p>(B) É justo que se (atribuir) às práticas religiosas o benefício do estreitamento dos laços comunitários.</p> <p>(C) Não se deve deduzir que (beneficiar) apenas a quem tem fé os momentos devotados à meditação.</p> <p>(D) A qualquer um (trazer) prejuízo as altas dosagens de remédios antidepressivos.</p> <p>(E) Mesmo que não (cultivar) determinada fé religiosa, os que se entregam à prática da meditação elevam-se espiritualmente.</p>
<p>9. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) O ganho real da meditação é uma hipótese <u>à qual</u> vêm-se ocupando alguns pesquisadores.</p> <p>(B) São vários os meios <u>com que</u> dispomos para chegar ao desejado equilíbrio espiritual.</p> <p>(C) A meditação <u>a cuja</u> se entregaram budistas e franciscanos surtiu o mesmo efeito sobre os dois grupos.</p> <p>(D) O estreitamento dos laços comunitários é um dos efeitos <u>de que</u> se pode atribuir às práticas da fé religiosa.</p> <p>(E) O reforço da auto-estima seria um benefício <u>do qual</u> todos os crentes poderiam usufruir.</p>	<p>13. Há equivoco no uso do sinal de crase em:</p> <p>(A) Muita gente se mantém à margem da religião, mas não da meditação.</p> <p>(B) O valor atribuído à meditação é, para alguns, indiscutível.</p> <p>(C) Não cabe à ninguém desprezar os benefícios da espiritualidade.</p> <p>(D) Quem assiste às manifestações de fé costuma sair impressionado.</p> <p>(E) Deve-se à prática da meditação o efeito de um maior equilíbrio.</p>
<p>10. É preciso suprimir a vírgula da seguinte frase:</p> <p>(A) Ainda que não haja consenso, muitos acreditam que a prática da meditação traz efeitos altamente positivos.</p> <p>(B) Normalmente, os rituais religiosos acabam induzindo os crentes à prática da meditação.</p> <p>(C) Não importa qual seja a crença, todas as práticas religiosas estimulam a meditação.</p> <p>(D) Todo aquele que se entrega à prática da meditação, acaba atingindo um patamar de maior serenidade espiritual.</p> <p>(E) Segundo já se observou, as práticas religiosas estimulam o bom convívio entre as pessoas.</p>	<p>14. O Centro inclui a meditação no tratamento de pacientes com doenças graves e dores crônicas.</p> <p>Iniciando-se uma nova redação da frase acima por A meditação é o tratamento, pode-se complementá-la, de modo correto e coerente, com:</p> <p>(A) de que se vale o Centro para o caso de pacientes com doenças graves e dores crônicas.</p> <p>(B) para pacientes com doenças graves e dores crônicas que o Centro tem-se valido.</p> <p>(C) para com pacientes de doenças graves e dores crônicas que o Centro lhes fornece.</p> <p>(D) de que o Centro inclui no caso de pacientes com doenças graves e dores crônicas.</p> <p>(E) ao qual se recorre no Centro quando visa os pacientes com doenças graves e dores crônicas.</p> <p>15. O segmento <i>Embora não haja</i> (1º parágrafo) pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido da frase a que pertence, por</p> <p>(A) Não obstante falte.</p> <p>(B) Desde que não haja.</p> <p>(C) Ainda que houvesse.</p> <p>(D) A menos que não haja.</p> <p>(E) Conquanto não falte.</p>

MATEMÁTICA

16. Um técnico judiciário foi incumbido da montagem de um manual referente aos Princípios Fundamentais da Constituição Federal. Sabendo que, excluídas a capa e a contra-capas, a numeração das páginas foi feita a partir do número 1 e, ao concluí-la, constatou-se que foram usados 225 algarismos, o total de páginas que foram numeradas é
- (A) 97
 (B) 99
 (C) 111
 (D) 117
 (E) 126
-
17. Certo dia, Veridiana saiu às compras com uma certa quantia em dinheiro e foi a apenas três lojas. Em cada loja ela gastou a quarta parte da quantia que possuía na carteira e, em seguida, usou R\$ 5,00 para pagar o estacionamento onde deixou seu carro. Se após todas essas atividades ainda lhe restaram R\$ 49,00, a quantia que Veridiana tinha inicialmente na carteira estava compreendida entre
- (A) R\$ 20,00 e R\$ 50,00.
 (B) R\$ 50,00 e R\$ 80,00.
 (C) R\$ 80,00 e R\$ 110,00.
 (D) R\$ 110,00 e R\$ 140,00.
 (E) R\$ 140,00 e R\$ 170,00.
-
18. Às 10 horas do dia 18 de maio de 2007, um tanque continha 9 050 litros de água. Entretanto, um furo em sua base fez com que a água escoasse em vazão constante e, então, às 18 horas do mesmo dia restavam apenas 8 850 litros de água em seu interior. Considerando que o furo não foi consertado e não foi colocada água dentro do tanque, ele ficou totalmente vazio às
- (A) 11 horas de 02/06/2007.
 (B) 12 horas de 02/06/2007.
 (C) 12 horas de 03/06/2007.
 (D) 13 horas de 03/06/2007.
 (E) 13 horas de 04/06/2007.
-
19. Do total de processos que recebeu certo dia, sabe-se que um técnico judiciário arquivou 8% no período da manhã e 8% do número restante à tarde. Relativamente ao total de processos que recebeu, o número daqueles que deixaram de ser arquivados corresponde a
- (A) 84,64%
 (B) 85,68%
 (C) 86,76%
 (D) 87,98%
 (E) 89,84%
-
20. Em fevereiro de 2007, Cesário gastou R\$ 54,00 na compra de alguns rolos de fita adesiva, todos de um mesmo tipo. No mês seguinte, o preço unitário desse rolo aumentou em R\$ 1,50 e, então, dispondo daquela mesma quantia, ele pôde comprar três rolos a menos do que havia comprado no mês anterior. Nessas condições, em março de 2007, o preço unitário de tal tipo de rolo de fita adesiva era
- (A) R\$ 4,00
 (B) R\$ 4,50
 (C) R\$ 5,00
 (D) R\$ 5,50
 (E) R\$ 6,00

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

21. Assinale a alternativa, entre as cinco relacionadas, que preenche a vaga assinalada pela interrogação.

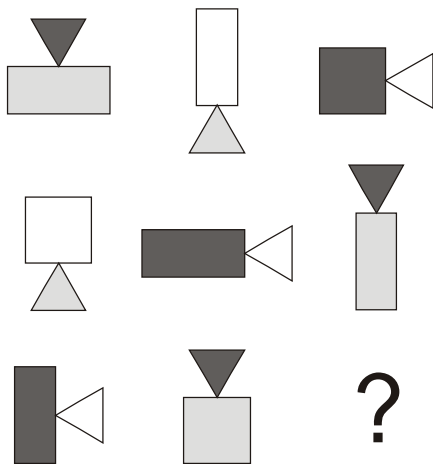


22. Todos os macerontes são torminodoros. Alguns macerontes são momorrengos.

Logo,

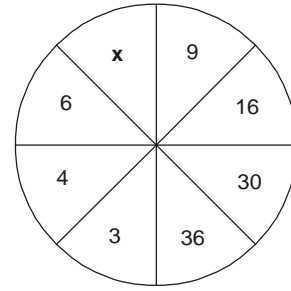
- (A) todos os momorrengos são torminodoros.
- (B) alguns torminodoros são momorrengos.
- (C) todos os torminodoros são macerontes.
- (D) alguns momorrengos são pássaros.
- (E) todos os momorrengos são macerontes.

23. Considerando as relações horizontais e verticais entre as figuras, assinale a alternativa que substitui a interrogação.



- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

24. Assinale a alternativa que substitui a letra x.



- (A) 29
- (B) 7
- (C) 6
- (D) 5
- (E) 3

25. Partindo das premissas:

- (1) Todo advogado é sagaz.
- (2) Todo advogado é formado em Direito.
- (3) Roberval é sagaz.
- (4) Sulamita é juíza.

Pode-se concluir que

- (A) há pessoas formadas em Direito que são sagazes.
- (B) Roberval é advogado.
- (C) Sulamita é sagaz.
- (D) Roberval é promotor.
- (E) Sulamita e Roberval são casados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Atenção: As questões de números 26 a 36 referem-se à Lei nº 8.112 de 11/12/1990.

26. No que diz respeito ao regime jurídico do servidor público federal, é legal e tecnicamente correto afirmar que
- (A) o exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
 - (B) o salário é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 - (C) o funcionário público é a pessoa que ocupa cargo público criado por decreto do Poder Executivo.
 - (D) a remuneração é o valor-base do cargo em exercício, não acrescido das vantagens pecuniárias.
 - (E) as vantagens consistem em indenizações e gratificações, e sempre se incorporam ao vencimento.

27. No que diz respeito aos direitos do servidor público e à acumulação de cargos, analise:
- I. O servidor em débito com o erário que for exonerado, demitido, ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá um prazo legal para quitar o débito.
 - II. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado para apresentar opção dentro de um prazo legal.

Esses prazos legais são, respectivamente, de

- (A) 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa; e 10 (dez) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez), sob pena de instauração de sindicância.
- (B) 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta); e 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze).
- (C) 60 (sessenta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa; e 10 (dez) dias improrrogáveis, sob pena de instauração de procedimento sumário.
- (D) 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta); e 15 (quinze) dias, sob pena de exoneração de ofício.
- (E) 90 (noventa) dias, sob pena de execução fiscal; e 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 5 (cinco).

28. Em relação ao vencimento e à remuneração do servidor público, é correto afirmar:

- (A) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito devem ser compensadas, mas não consideradas como de efetivo exercício.
- (B) O servidor, de regra, perderá a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas e saídas antecipadas.
- (C) É vedada a consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, salvo por mandado judicial.
- (D) O servidor não perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, ainda que sem motivo justificado.
- (E) O vencimento do cargo efetivo, acrescido de quaisquer vantagens, não está sujeito a reduções de qualquer natureza.

29. As instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com

- (A) técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e procedimentos legais.
- (B) técnicos e cientistas, desde que brasileiros e quites com as obrigações militares.
- (C) professores brasileiros e estrangeiros, estando, ou não, no gozo dos direitos políticos.
- (D) professores, desde que brasileiros natos ou naturalizados, excluída a quitação das obrigações militares.
- (E) professores, técnicos e cientistas, brasileiros ou estrangeiros, dispensado o gozo dos direitos políticos.

30. Orfeu, aprovado no concurso público para provimento do cargo de técnico judiciário - área administrativa, está tomando providências para tomar posse. Dentre elas, e com o que dispõe expressamente a Lei nº 8.112/90, deverá, no ato da posse, apresentar as declarações

- (A) da ausência de processos administrativos, e de valores que constituem seu patrimônio, observando que a posse é de natureza personalíssima e sem procuração.
- (B) do estado civil, e dos bens que constituem o patrimônio conjunto, se casado, ou isolado, se solteiro, sendo que a posse poderá ocorrer mediante qualquer procuração por instrumento público.
- (C) da ausência de antecedentes criminais, e quanto ao exercício ou não de outro cargo ou função pública, sendo vedada a posse por qualquer modalidade de procuração.
- (D) de bens e valores que constituem seu patrimônio, e quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, observando que a posse poderá dar-se mediante procuração específica.
- (E) de que não responde a quaisquer ações judiciais, e quanto ao exercício de outro cargo público efetivo ou em comissão, sendo que a posse poderá ocorrer por procuração *ad iudicia* ou geral.

31. Afrodite, tendo tomado posse e entrado em exercício no cargo de técnico judiciário – área administrativa, não satisfaz as condições do estágio probatório, enquanto Zeus, tomou posse, mas não entrou em exercício no prazo estabelecido. Diante dessas situações, ocorrerá

- (A) a demissão e a exoneração a pedido, respectivamente.
- (B) a exoneração de ofício, em ambos os casos.
- (C) a readaptação especial e a demissão, respectivamente.
- (D) a demissão de ofício, em ambos os casos.
- (E) o aproveitamento e a disponibilidade, respectivamente.

32. Eros, em razão de seu cargo de técnico judiciário - área administrativa, e por ato de omissão culposa, causou danos patrimoniais à empresa "Atenas Ltda.", no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Nesse caso, Eros

- (A) está sujeito à perda do cargo, se requerida pela empresa "Atenas Ltda."
- (B) responderá perante a empresa "Atenas Ltda.", em ação regressiva.
- (C) não tem qualquer responsabilidade civil ou administrativa.
- (D) deverá responder apenas criminalmente perante o Estado.
- (E) responderá perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

33. Pégaso, servidor público aposentado, e estando presentes os requisitos legais, retornou à atividade, no interesse da Administração, enquanto Medusa, servidora pública estável, foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado, por ter sido invalidada a sua demissão por decisão administrativa. Essas situações caracterizam, respectivamente, as formas de provimento denominadas

- (A) readaptação e reintegração.
- (B) reversão e recondução.
- (C) reintegração e nomeação.
- (D) reversão e reintegração.
- (E) recondução e remoção.

34. Polifemo, servidor público federal, encontrava-se em disponibilidade. Ao retornar à atividade foi aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado. Porém, Polifemo não entrou em exercício no prazo legal, e não era portador de doença comprovada por junta médica oficial. Nesse caso,

- (A) será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade.
- (B) o servidor terá um prazo adicional de 30 (trinta) dias para tomar posse.
- (C) o servidor será submetido a processo judicial para verificar qual a pena aplicável.
- (D) poderá ser cassado o aproveitamento, mas mantida a disponibilidade.
- (E) o servidor será exonerado ou transferido, a critério da Administração.

35. Além do vencimento e das vantagens, podem ser deferidos aos servidores públicos federais outros direitos. Assim, analise as situações funcionais sobre:

- I. insalubridade ou atividades penosas;
- II. exercício de função de direção;
- III. natal;
- IV. férias;
- V. periculosidade;
- VI. serviço extraordinário.

Referem-se, legalmente, aos adicionais SOMENTE as situações

- (A) I, II, III e V.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, IV, V e VI.
- (D) II, IV, V e VI.
- (E) III, IV, V e VI.

36. Poseidon era ocupante de cargo em comissão na Administração Pública Federal. Por ter sido responsabilizado pela aplicação irregular de dinheiros públicos foi apenado com a destituição do cargo em comissão. Nesse caso, Poseidon

- (A) será considerado inidôneo, mas pode retornar ao cargo, a critério da Administração.
- (B) estará impedido de nova investidura em cargo público federal durante 5 (cinco) anos.
- (C) estará sujeito à indenização do prejuízo, mas sem qualquer outra vedação.
- (D) não poderá ser investido em cargo público federal pelo prazo de 8 (oito) anos.
- (E) não poderá retornar ao serviço público federal.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

37. Dentre as proposições abaixo, é INCORRETO afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, dentre outros,

- (A) a cidadania e o pluralismo político.
- (B) a soberania e a dignidade da pessoa humana.
- (C) o pluralismo político e a valorização social do trabalho.
- (D) a dignidade da pessoa humana e o valor da livre iniciativa.
- (E) a autonomia e a dependência nacional.

38. Constitui direito e dever individual e coletivo previsto na Constituição brasileira, além de outros, o seguinte:

- (A) é crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) é violável a intimidade, a honra e a imagem das pessoas, salvo a sua vida privada.
- (C) o cidadão poderá ser privado de direitos por motivo de crença religiosa, ainda que a invocar para eximir-se de obrigação legal.
- (D) é limitada a liberdade de associação, permitida a de caráter paramilitar, nos termos da lei.
- (E) todo trabalhador será compelido a associar-se e a permanecer associado a sindicato de sua categoria profissional.

39. Considere as hipóteses que:

1. Implique sempre falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas como as inerentes à nacionalidade.
2. Vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.

As medidas constitucionais aplicáveis a esses casos são, respectivamente,

- (A) agravo de representação especial e *habeas data*.
- (B) mandado de injunção e ação popular.
- (C) mandado de segurança e mandado de injunção.
- (D) *habeas corpus* e mandado de segurança.
- (E) *habeas data* e ação civil pública.

40. Nos termos da Constituição Federal, a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, prescrevem em

- (A) dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (B) três anos para os trabalhadores urbanos e quatro anos para os rurais, até o limite de três anos, respectivamente, após a extinção do contrato de trabalho.
- (C) cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- (D) três anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dezoito meses após a extinção do contrato de trabalho.
- (E) cinco anos para os trabalhadores urbanos e três anos para os rurais, até o limite de cinco anos, respectivamente, após a extinção do contrato de trabalho.

<p>41. Considere:</p> <p>I. Trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.</p> <p>II. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.</p> <p>Nessas hipóteses, a jornada de trabalho e a duração da licença é de, respectivamente,</p> <p>(A) oito horas e cento e vinte dias. (B) seis horas e cento e vinte dias. (C) quatro horas e cem dias. (D) sete horas e cento e cinquenta dias. (E) nove horas e noventa dias.</p>	<p>45. A representação de cada um dos Estados e do Distrito Federal, no Senado Federal, será renovada de</p> <p>(A) quatro em quatro anos, sucessivamente, por dois e um terço. (B) quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. (C) quatro e oito anos, alternadamente, por dois e um terço. (D) oito em oito anos, sucessivamente, por um e dois terços. (E) quatro e oito anos, respectivamente, por dois e um terço.</p>
<p>42. Em tema de organização do Estado, dentre outras exigências constitucionais, é correto que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por</p> <p>(A) emenda constitucional federal e estadual. (B) medida provisória, após consulta prévia por referendo. (C) lei delegada, dentro do período determinado em lei federal. (D) lei federal, dentro do período determinado por medida provisória. (E) lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal.</p>	<p>46. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, o Presidente</p> <p>(A) do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Conselho de Defesa Nacional. (B) do Congresso Nacional, o do Supremo Tribunal Federal e o do Senado Federal. (C) do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e o do Congresso Nacional. (D) da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal. (E) do Conselho da República, o do Congresso Nacional e o do Senado Federal.</p>
<p>43. Dentre outras atribuições, compete, privativamente à União legislar sobre</p> <p>(A) direito econômico e urbanístico, custas e serviços forenses. (B) defesa do solo e dos recursos naturais, proteção e defesa da saúde. (C) registros públicos e sistemas de consórcios e sorteios. (D) proteção à infância e à juventude, produção e consumo. (E) juntas comerciais, assistência jurídica e defensoria pública.</p>	<p>47. Com relação ao Poder Judiciário, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento. (B) o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda e à respectiva população. (C) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente. (D) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros. (E) a distribuição de processos será por cotas na primeira instância e imediata na segunda.</p>
<p>44. Nos termos da Constituição Federal, o subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no</p> <p>(A) máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais. (B) mínimo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em total de remuneração, para os Governadores dos Estados. (C) máximo, oitenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Governadores dos Estados. (D) mínimo, oitenta por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Governadores dos Estados. (E) máximo, noventa e cinco por cento daquele estabelecido, em total de remuneração, para os Deputados Federais.</p>	<p style="text-align: center;">NOÇÕES DE DIREITO CIVIL</p> <p>48. As praças, os rios e o edifício onde funciona a Prefeitura Municipal são, respectivamente, bens públicos de uso</p> <p>(A) especial, dominical e dominical. (B) comum do povo, de uso comum do povo e dominical. (C) comum do povo, dominical e de uso especial. (D) comum do povo, de uso comum do povo e de uso especial. (E) especial, de uso comum do povo e dominical.</p>

<p>49. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. De acordo com o Código Civil Brasileiro, cessará, para os menores, a incapacidade</p> <p>(A) pelo exercício de emprego público temporário.</p> <p>(B) pela concessão dos pais, se o menor tiver quatorze anos completos.</p> <p>(C) pelo casamento.</p> <p>(D) pela colação de grau em curso de ensino médio.</p> <p>(E) pela aquisição de imóvel.</p>	<p>53. Com relação à invalidade do negócio jurídico é correto afirmar:</p> <p>(A) Em regra, o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, e convalesce pelo decurso do tempo.</p> <p>(B) Não haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se transmitem.</p> <p>(C) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz quando conhecer do negócio jurídico e as encontrar provadas, lhe sendo permitido supri-las a requerimento das partes.</p> <p>(D) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.</p> <p>(E) É de seis anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar.</p>
<p>50. Segundo as normas preconizadas no Código Civil Brasileiro, com relação ao domicílio é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio da União é o Distrito Federal.</p> <p>(B) O domicílio do militar da Marinha é o local em que o navio estiver matriculado.</p> <p>(C) Se a pessoa natural exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.</p> <p>(D) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.</p> <p>(E) Em regra, muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.</p>	<p>54. De acordo com o Código Civil Brasileiro, a coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. Em regra, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de</p> <p>(A) trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva.</p> <p>(B) sessenta dias se a coisa for móvel, e de seis meses se for imóvel, contado da entrega efetiva.</p> <p>(C) trinta dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da celebração do contrato, independentemente da entrega efetiva.</p> <p>(D) sessenta dias se a coisa for móvel, e de seis meses se for imóvel, contado da celebração do contrato, independentemente da entrega efetiva.</p> <p>(E) noventa dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva.</p>
<p>51. Considere as seguintes assertivas a respeito das classes de bens adotadas pelo Código Civil Brasileiro:</p> <p>I. São fungíveis os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.</p> <p>II. Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.</p> <p>III. Os bens que formam uma universalidade de fato não podem ser objeto de relações jurídicas próprias.</p> <p>IV. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.</p> <p>Estão corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>55. Considere as seguintes assertivas a respeito da condição, do termo e do encargo dos negócios jurídicos:</p> <p>I. Em regra, o termo inicial suspende o exercício, bem como a aquisição do direito, havendo disposição legal neste sentido.</p> <p>II. Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito a que ele visa.</p> <p>III. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.</p> <p>IV. O encargo suspende a aquisição e o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.</p> <p>Estão corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>52. De acordo com o Código Civil Brasileiro, quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configurar-se-á</p> <p>(A) dolo específico e irreversível.</p> <p>(B) negócio jurídico impossível.</p> <p>(C) fraude contra credores.</p> <p>(D) o estado de perigo.</p> <p>(E) a lesão.</p>	<p>Estão corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>